

18° SIMULADO

TJ RJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL**



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

18º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-11-07-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Janaína Arruda

Texto I

Anísio Spínola Teixeira nasceu no dia 12 de julho de 1900, em Caetité – BA, onde passou os primeiros anos de vida sob os cuidados da mãe, Anna Spínola Teixeira.

O pai, Deocleciano Pires Teixeira, sonhava que o filho fosse político e o mandou estudar no Rio de Janeiro. Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922.

Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares. No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.

Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à criança uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho. Nas escolas-parques, os alunos ainda tinham contato com as artes plásticas. Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo.

Sempre brigou pela democracia na educação. Publicou vários livros defendendo a educação e a cultura para todos. Foi um dos fundadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi reitor em 1963.

Candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, em 1971, mas faleceu antes da eleição, ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971, quando saía para visitar Aurélio Buarque de Holanda.

Internet: (com adaptações)

01. De acordo com o texto:

- a) No século XVIII, Anísio instituiu a primeira escola-parque na Bahia.
- b) Como seus predecessores, Anísio tratou da educação com base filosófica.
- c) Anísio era defensor da educação e da cultura e lutou pela democratização da educação.
- d) Anísio faleceu no mesmo ano em que entrou para a academia brasileira de letras.
- e) Anísio defendeu seu viés político na Europa e nos Estados Unidos.

02. Conforme o texto, Anísio Spínola Teixeira foi

- a) político
- b) defensor público
- c) filósofo
- d) educador
- e) diplomata

03. Como defensor da educação, Anísio Spínola Teixeira deseja garantir a democracia por meio

- a) da educação com base filosófica e educação básica
- b) de profissionais de renome como Caribé e Mário Cravo
- c) de sua candidatura à Academia Brasileira de Letras
- d) da publicação de livros filosóficos e sociais
- e) do conceito da escola única, pública e gratuita

04. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera o seguinte trecho do texto: “No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.”. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção e os sentidos originais do texto.

- a) No Brasil, defendeu-se o conceito de escola única, pública e gratuita como garantidora da democracia e foi-se o primeiro a tratar a educação com base filosófica
- b) Defendeu, no Brasil, o conceito de escola única, pública e gratuita como modo de afiançar a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.
- c) No Brasil, defendeu, o conceito de escola única, pública, gratuita como forma de assegurar a democracia e foi o único a tratar a educação com base filosófica
- d) Defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como mecanismo fomentador da democracia e foi o primeiro a nomear à educação com base filosófica.
- e) No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como maneira de garantir a democracia e foi o único a tratar a educação com base filosófica

05. O trecho “ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971” expressa uma relação de

- a) comparação
- b) oposição
- c) causa
- d) modo
- e) tempo

06. O vocábulo “eleição” tem como correspondente de significado o termo

- a) sufrágio
- b) destituição
- c) desaplicação
- d) exautoração
- e) abnegação

07. No trecho “Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio 7 de Janeiro em 1922”, a palavra SE pode ser classificada como

- a) parte integrante do verbo
- b) partícula apassivadora
- c) índice de indeterminação
- d) partícula expletiva
- e) pronome reflexivo

08. No trecho: Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à criança uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho” a palavra que retoma, nas duas ocorrências, o termo:

- a) escola
- b) criança
- c) escola integral
- d) escola-parque
- e) Bahia

09. A vírgula presente em “Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo” tem como função

- a) isolar um vocativo
- b) separar um aposto
- c) separar uma exemplificação
- d) isolar um adjunto de companhia
- e) isolar uma comparação

10. No trecho “Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares” o verbo em destaque pode ser substituído, mantendo o sentido do texto por

- a) viajava
- b) viajara
- c) viajaria
- d) viajará
- e) viaja

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. A respeito dos magistrados, segundo a LODERJ, é correto afirmar que:

- a) Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.
- b) A carreira da magistratura, em segunda instância, é composta por Juízes Substitutos, Juízes de Entrância Comum e Juízes de Entrância Especial.
- c) Os Juízes Substitutos terão exercício pleno nas Regiões Judiciárias, inclusive a Comarca da Capital, na qual poderão exercer funções de auxílio.
- d) Os Juízes de Entrância Comum serão titulares nas Varas e Juizados das Comarcas de outra denominação e dos cargos de Juízes Regionais.
- e) O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, em face de fato imprevisível, Juízes de Direito Titulares de Entrância Especial, integrantes da primeira quinta parte da antiguidade, para compor as Câmaras.

12. Em relação à divisão territorial, conforme a LODERJ, marque a alternativa incorreta:

- a) O território do Estado, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos, Circunscrições e Zonas Judiciárias.
- b) Cada Comarca compreenderá dois ou mais Municípios, desde que contíguos.
- c) As Regiões Judiciárias serão integradas por grupos de Comarcas ou Varas, conforme resolução do Tribunal de Justiça.
- d) Ato Normativo Conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça e do Corregedor-Geral da Justiça disciplinará a utilização de meio eletrônico para os atos de comunicação processual, substituindo, sempre que possível, o emprego de meio impresso.
- e) As situações decorrentes da modificação ocorrida na divisão política e administrativa do Estado serão reguladas na alteração da organização e divisão judiciárias que se seguir, prevalecendo até lá as existentes.

13. Acerca da Lei estadual n.º 4.620/2005, assinale a opção incorreta:

- a) O Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados, enquanto permanecer no exercício de suas funções específicas, receberá gratificação de locomoção correspondente a 30% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.
- b) Não haverá promoção ou progressão funcional prevista no caput durante o período em que a despesa de pessoal ultrapassar aquela fixada no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, conforme dispuser o Regulamento a que se refere o § 3º deste artigo.
- c) Ao serventuário a que se refere o artigo 5º desta Lei, que desempenhar função de Chefe de Serventia de Primeira Instância será atribuída gratificação CAI-6, a que fará jus enquanto permanecer no efetivo desempenho da função, ressalvadas as situações constituídas sob a égide da Lei n.º 2400 de 17 de maio de 1995.
- d) Ao Técnico Judiciário na especialidade de Execução de Mandados é conferida a denominação funcional de Oficial de Justiça.

e) Em caso de concurso regionalizado, os candidatos serão classificados por região, para os fins de provimento do cargo, só podendo haver remoção para outra região após dois anos da nomeação, de acordo com a lotação aprovada e observado o interesse da Administração.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. Tadeu foi demitido do serviço público estadual por supostamente ter abandonado seu cargo. Contudo, após ingressar com um processo judicial, ficou comprovado que houve uma nulidade no processo administrativo que identificou a falta, provando que nunca faltou ao serviço e que, por essa razão, não poderia ter sido demitido. Por esses motivos, foi determinada a sua reintegração ao cargo. A respeito do tema, de acordo com o que prevê o Decreto n.º 2.479/1975, é correto afirmar que

- a) o servidor será reintegrado e receberá as vantagens e vencimentos a partir da data de seu retorno, vedada a atribuição de efeitos retroativos à sentença.
- b) a reintegração somente será feita no cargo anteriormente ocupado, devendo o servidor ficar em disponibilidade remunerada até a ocorrência da vaga, nos casos em que não for possível assumir imediatamente suas antigas funções.
- c) caso o cargo do servidor reintegrado esteja ocupado por servidor não estável, deve este ser aproveitado em outro cargo equivalente.
- d) o servidor reintegrado que seja considerado incapaz poderá ser aposentado, independentemente de inspeção médica.
- e) se o cargo de Tadeu estiver ocupado, seu eventual ocupante deverá ser exonerado, caso não seja estável.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Com base no disposto na Consolidação Normativa Judicial, julgue os itens a seguir acerca da função correicional.

- a) A correição ordinária será realizada mensalmente pelos Juízes de Direito, nos serviços judiciais.
- b) A visita correicional ordinária será realizada mensalmente pelos Juízes e Chefes de Serventia.
- c) A correição extraordinária consiste na fiscalização excepcional, realizável a qualquer momento, podendo abranger todos os serviços judiciais da Comarca, ou apenas alguns.
- d) O Chefe de Serventia remeterá ao NUR competente, em 10 (dez) dias da assunção no serviço judicial, relatório circunstanciado acerca do estado da serventia, de tudo dando prévia e comprovada ciência ao Juiz em Exercício.
- e) As fiscalizações judiciais constituem a atividade de apuração de fatos decorrente de possíveis irregularidades em serventia judicial ou auxiliar do Juízo. Será dada ciência, obrigatoriamente, ao Juiz de Direito da Vara ao qual se subordine o cartório, ao iniciar a fiscalização, salvo se houver determinação superior em contrário.

16. As inspeções constituem a atividade verificatória de rotina da Corregedoria Geral da Justiça, visando à coleta de informações de interesse da Administração através do efetivo levantamento da realidade da unidade.

Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção que não indica um dos legitimados a determinar ou solicitar as inspeções.

- a) Corregedor-Geral da Justiça.
- b) Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.
- c) Juiz de Direito Dirigente do NUR.
- d) Presidente do Tribunal de Justiça.
- e) Chefe de Serventia do serviço.

17. Ao Chefe de Serventia, hierárquica e funcionalmente subordinados ao Juiz, incumbe exercer diversas funções e deveres.

Com base no disposto na Consolidação Normativa Judicial, é ato do Chefe de Serventia que não precisa de delegação do magistrado

- a) anotar, diariamente, no Livro de Ponto a falta dos Serventuários, verificando se todos o assinaram e se lançaram corretamente o horário de entrada e saída, mesmo que nele não contenha espaço próprio para anotação de horário;
- b) anotar a licença médica ou para acompanhar pessoa da família, somente após a comprovação pelo servidor de solicitação da licença;
- c) proceder à seguinte anotação: "licença médica ou para acompanhar pessoa de família em processamento", enquanto o servidor não comprovar o deferimento da licença;
- d) anotar, deferida a licença, no livro ponto. Indeferida, anotará a falta.
- e) organizar e manter em ordem o arquivo da serventia, de modo a permitir a localização imediata dos autos, papéis e livros encerrados;

18. Nos termos da Resolução do Órgão Especial n. 01/2017, a Divisão de Processos Judiciais é unidade da secretaria

- a) Do Tribunal Pleno, apenas
- b) Do Órgão Especial, apenas
- c) Do Conselho da Magistratura, apenas
- d) Do Tribunal Pleno e do Órgão Especial
- e) Do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Ricardo Torques**

19. A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. De acordo com a lei, pode-se afirmar que:

- a) A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Os edifícios privados de uso coletivo estão excluídos de tal obrigatoriedade.
- b) Os edifícios deverão dispor de, pelo menos, dois banheiros acessíveis, um masculino e um feminino, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- c) Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas, próximas às saídas de emergência, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;
- d) Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, sendo dispensada a reserva para acompanhantes.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**Paulo Guimarães**

20. Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- I- As ações éticas são aquelas realizadas racionalmente pelo ser humano em busca do bem, à luz de princípios morais, e que podem enunciar

normas do dever ser de determinados grupos sociais em seus diferentes contextos, para atingir fins morais.

II- Moral, vocábulo herdado do latim, e ética, do grego, identificam conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta que se espera que sejam adotadas.

III- Existem diferenças entre os conceitos morais de um grupo e de outro, sendo a moral influenciada por fatores sociais.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) II e III
- d) nenhuma das assertivas
- e) todas as assertivas

DIREITO ADMINISTRATIVO**Antônio Daud**

21. Em relação aos contratos administrativos regulados pela Lei 8.666/1993, assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe ao contratado optar por uma das modalidades de garantia previstas na lei.
- b) Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração quando houver modificação do projeto.
- c) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
- d) A duração do contrato de aluguel de equipamentos poderá se estender pelo prazo de até 48 meses após o início do contrato.
- e) A Administração poderá aplicar ao contratado, pela inexecução parcial do contrato, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a quatro anos.

22. Nos termos da Lei 8.666/1993, é hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação:

- a) A impressão de diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais.
- b) A aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada.
- c) A contratação de qualquer profissional do setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo.
- d) A aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- e) A contratação de serviços de publicidade, de natureza singular, com profissionais de notória especialização.

23. Uma entidade administrativa, com personalidade jurídica de direito público, integra a Administração indireta do Estado do Rio de Janeiro, possui patrimônio próprio e foi criada por lei para desempenhar atividades de interesse social na área da cultura.

Com relação à organização administrativa, a entidade citada corresponde ao conceito legal de:

- a) Fundação Pública de Direito Público.
- b) Sociedade de Economia Mista.
- c) Empresa Pública.
- d) Fundação Pública de Direito Privado.
- e) Autarquia.

24. Carlos, funcionário de Empresa pública prestadora do serviço de distribuição de energia em determinado estado brasileiro, ao executar manutenção na rede elétrica, cometeu danos a diversas instalações elétricas residenciais. A partir disso, as vítimas ingressaram com ação judicial requerendo o ressarcimento dos danos causados.

Tomando por base a disciplina atinente à responsabilidade civil e à Constituição da República de 1988, aplica-se, em relação à estatal, a responsabilidade civil:

- a) subjetiva, razão pela qual as vítimas devem ser indenizadas diretamente pela empresa pública, desde que haja a efetiva comprovação do dolo ou culpa de Carlos.
- b) objetiva, razão pela qual as vítimas devem ser indenizadas diretamente por Carlos.
- c) objetiva, razão pela qual as vítimas devem ser indenizadas diretamente pela empresa pública, desde que haja a efetiva comprovação do dolo ou culpa de Carlos.
- d) subjetiva, razão pela qual as vítimas devem ser indenizadas diretamente pela empresa pública, independentemente da comprovação do dolo ou culpa de Carlos.
- e) objetiva, razão pela qual as vítimas devem ser indenizadas diretamente pela empresa pública, independentemente da comprovação do dolo ou culpa de Carlos.

25. Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir:

- I. O poder hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.
- II. O exercício do poder disciplinar é em parte vinculado e em parte discricionário.
- III. O atributo da autoexecutoriedade está presente em todos os atos de polícia.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que apenas:

- a) I e III são verdadeiras.
- b) I e II são verdadeiras.
- c) I, II e III são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) I é verdadeira.

26. A extinção de ato administrativo em decorrência de superveniência de norma jurídica antagônica decorre do instituto da:

- a) Revogação.
- b) Convalidação.
- c) Caducidade.
- d) Cassação.
- e) Anulação.

27. O recurso administrativo, em sentido amplo, consiste em todo meio hábil a propiciar o reexame da atividade da Administração por seus próprios órgãos. Nesse sentido, o recurso administrativo em que o administrado deseja rever a aplicação de sanções, pelo surgimento de fatos novos, não conhecidos no momento da decisão original, é conhecido como:

- a) Reclamação.
- b) Representação.
- c) Pedido de reconsideração.
- d) Revisão.
- e) Recurso hierárquico próprio.

28. Tomando por base a disciplina atinente aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.
- b) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções exercidas em sociedade de economia mista municipal.
- c) Os vencimentos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- d) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- e) As funções de confiança podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo em comissão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. Dentre as atribuições do Presidente da República enumeradas na Constituição Federal, indique a alternativa que contém aquela que pode ser delegada ao Procurador-Geral da República.

- a) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- b) Convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- c) Conferir condecorações e distinções honoríficas.

- d) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
- e) exercer a direção superior da administração federal.

30. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indique a única alternativa incorreta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Poder Judiciário, embora seis de seus quinze membros não integrem o Poder Judiciário.
- b) Não efetuadas as indicações dos membros do CNJ no prazo legal, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.
- c) A função de Ministro-Corregedor é exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e dos servidores.
- e) O Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficialarão junto ao Conselho Nacional de Justiça.

31. A respeito do Poder Legislativo, indique a única assertiva INCORRETA.

- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- b) A legislatura, no Brasil, corresponde a um período de quatro anos.
- c) Nenhum Estado da Federação poderá eleger menos do que oito deputados federais e nem mais do que setenta deputados federais.
- d) Cada Território elegerá quatro Deputados.
- e) A representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

32. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo posicionamento majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição, de maneira que haveria uma limitação material implícita ao poder de reforma da Constituição quanto à matéria.
- b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.
- c) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da Advocacia -Geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.
- d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- e) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

33. Sobre as garantias e vedações aos juízes, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Aos juízes é permitido exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, exceto em ações contra o Estado da circunscrição do tribunal.
- b) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) Os juízes possuem a garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

e) Os juízes possuem e garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.

34. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, conforme estabelecido expressamente na Constituição Federal, indique a assertiva correta:

- a) a manifestação do pensamento é livre, sendo permitido o anonimato, para que se assegure o direito de intimidade.
- b) é inviolável a liberdade de crença religiosa, sendo assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva. Nas entidades militares, em razão de o Estado ser laico, é vedada a manifestação religiosa.
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do proprietário, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial.
- d) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- e) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia, certa e paga preferencialmente em dinheiro.

35. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

36. Sobre os direitos de sindicalização e greve, indique a única assertiva INCORRETA.

- a) O direito de sindicalização é fruto de liberdade, razão pela qual a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, embora possa exigir o registro no órgão competente, para assegurar a observância do princípio da unicidade.
- b) Ninguém pode ser obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, mas é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- c) Conquanto o aposentado filiado tenha o direito de votar nas organizações sindicais, não tem o direito de ser votado.
- d) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- e) Embora a Constituição Federal assegure ao trabalhador o direito de greve, a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. Ao dispor sobre a cooperação internacional, o Código de Processo Civil prevê que:

- a) A cooperação jurídica internacional deverá observar o respeito às garantias do devido processo legal apenas no Estado brasileiro.
- b) Em se tratando de homologação de sentença estrangeira, não é exigida a reciprocidade manifestada por via diplomática.
- c) Na ausência de tratado, não será possível a realização de atos de cooperação jurídica internacional.
- d) A Advocacia-Geral da União exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica.
- e) A notificação extrajudicial, ao contrário da judicial, não pode ser objeto de cooperação jurídica internacional.

38. O litisconsórcio ocorre quando duas ou mais pessoas litigam, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente. Com base no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) o litisconsórcio poderá ocorrer quando houver afinidade de questões por ponto comum de fato.
- b) o litisconsórcio unitário não obriga o juiz a decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- c) o requerimento de limitação do litisconsórcio suspende o prazo para manifestação ou resposta.
- d) o juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes apenas na fase de conhecimento ou na execução.
- e) no litisconsórcio necessário, a eficácia da sentença independe da citação de todos os litisconsortes.

39. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre os atos das partes, é correto afirmar que:

- a) Caso a parte lance nos autos cotas marginais ou interlineares, o juiz poderá impor multa correspondente a um salário-mínimo.
- b) A desistência da ação independe de homologação judicial para produzir efeitos.
- c) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Os atos bilaterais, por sua vez, dependem da anuência da parte contrária para que possam produzir seus efeitos.
- d) Não há qualquer óbice ao lançamento nos autos de cotas marginais ou interlineares.
- e) A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.

40. Quanto aos atos do escrivão ou do chefe de secretaria, assinale a alternativa correta:

- a) Ao receber a petição inicial de processo, o escrivão ou o chefe de secretaria a autuará, mencionando o juízo, a natureza do processo, o número de seu registro, os nomes das partes e a data de seu início. Aos volumes em formação é dispensado tal procedimento.
- b) O escrivão ou o chefe de secretaria numerará todas as folhas dos autos e rubricará a primeira página de cada peça processual.
- c) Quando se tratar de processo total ou parcialmente documentado em autos eletrônicos, eventuais contradições na transcrição devem ser suscitadas oralmente no momento de realização do ato, sob pena de preclusão.
- d) À parte, ao procurador, ao membro do Ministério Público, ao defensor público e aos auxiliares da justiça é obrigatório rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervierem.
- e) A taquigrafia e a estenotipia foram abolidas com o advento do Código de Processo Civil de 2015.

41. O Código de Processo Civil estabelece que os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- b) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.
- c) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato e à duração do processo.
- d) Suspende-se o curso do prazo por obstáculo criado em detrimento da parte, devendo o prazo ser restituído integralmente.
- e) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 15 de dezembro e 15 de janeiro, inclusive.

42. Uma das espécies de citação disciplinada no Código de Processo Civil é a citação por hora certa que:

- a) ocorrerá quando, por 3 (três) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio sem o encontrar e há suspeita de ocultação.
- b) permite que o oficial de justiça intime qualquer pessoa da família, cientificando que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação na hora que designar. Por tratar-se de ato pessoal, a intimação não poderá ser feita a vizinho.
- c) não admite a intimação de funcionário de portaria responsável pelo recebimento de correspondência quando se tratar de condomínios edilícios.
- d) depende de novo despacho do juiz para que possa ser efetivada.
- e) será efetivada mesmo que a pessoa da família ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado

43. Sobre o procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, pode-se afirmar que:

- a) o réu será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- b) não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz designará audiência.
- c) efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- d) cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente se, dentre outras hipóteses, não for efetivada dentro de 10 (dez) dias.
- e) se, por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte não poderá renovar o pedido.

44. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz. Sobre as provas no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) o Código de Processo Civil só permite que sejam utilizadas as provas especificadas e disciplinadas expressamente.
- b) o juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- c) a distribuição diversa do ônus da prova não pode ocorrer por convenção das partes, apenas nos casos previstos em lei.
- d) dependem de prova os fatos notórios e os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- e) a parte que alegar direito municipal ou estadual não precisará provar-lhe o teor e a vigência, visto que cabe ao juiz conhecer a lei.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

45. No curso de determinado processo penal instaurado por meio de queixa-crime movida pela vítima Ricardo, o Juiz abriu prazo às partes para apresentação de alegações finais. Ricardo, querelante, apresentou alegações finais, mas não formulou pedido de condenação. A defesa do réu apresentou alegações finais tempestivamente.

Nesse caso, é correto afirmar que o Juiz deverá:

- a) reconhecer a ocorrência de preempção e extinguir o processo
- b) reconhecer a ocorrência de decadência e extinguir o processo
- c) reconhecer o perdão tácito e extinguir o processo
- d) reconhecer o perdão tácito e determinar a intimação do réu para que informe se aceita o perdão
- e) determinar o regular prosseguimento do processo e proferir sentença

46. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de ato obsceno (pena: detenção, de três meses a um ano, ou multa). O Juízo, porém, entendeu não haver justa causa para o exercício da ação penal.

Nesse caso, deverá o Juiz do competente Juizado Especial Criminal deverá:

- a) Absolver sumariamente o réu, cabendo recurso de apelação, no prazo de 05 dias, contra tal decisão
- b) Rejeitar a denúncia, cabendo recurso de apelação, no prazo de 10 dias, contra tal decisão
- c) Rejeitar a denúncia, cabendo recurso de apelação, no prazo de 05 dias, contra tal decisão
- d) Rejeitar a denúncia, cabendo recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, contra tal decisão
- e) Rejeitar a denúncia, cabendo recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, contra tal decisão

47. Ricardo, delegado de polícia, instaurou inquérito policial para apurar a suposta prática do crime de estupro (pena: reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos), em tese praticado por José contra a vítima Maria. No decorrer das investigações, porém, restou comprovada a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.

Nesse caso:

- a) deverá o delegado de polícia arquivar os autos do inquérito policial
- b) o arquivamento do inquérito policial não impedirá a retomada futura das investigações, ainda que sem notícia de prova nova
- c) o arquivamento do inquérito policial não impedirá a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova
- d) o arquivamento do inquérito policial impedirá a retomada futura das investigações
- e) o arquivamento do inquérito policial impedirá a retomada futura das investigações, mas será possível ajuizar ação penal, ainda que sem novas provas

48. José é servidor do TJRJ e está lotado no Gabinete do Juiz da 05ª Vara Criminal da comarca da Capital. No exercício de sua função, José se depara com um processo criminal no qual seu amigo íntimo, Pedro, é réu; Ricardo é desembargador do TJRJ e foi sorteado como relator de um recurso de apelação interposto em processo criminal no qual Ricardo, meses antes, havia atuado como Juiz de primeira instância e proferido sentença.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) José e Ricardo poderão atuar, não havendo suspeição ou impedimento
- b) José e Ricardo estão impedidos de atuar
- c) José e Ricardo são considerados suspeitos
- d) José é considerado impedido, e Ricardo é suspeito
- e) José é suspeito, e Ricardo está impedido de atuar

49. Analise as hipóteses a seguir:

I – Réu preso na mesma unidade da federação do Juízo em que tramita o processo;

II – Réu residente no estrangeiro, em local desconhecido;

III – Réu que está se ocultando para não ser citado.

Será cabível a citação por edital APENAS nos casos indicados em:

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) II
- e) III

50. José foi preso em flagrante pela prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Segundo o depoimento do condutor, o infrator foi capturado após perseguição ininterrupta realizada pela polícia logo após José ter subtraído o celular de uma pedestre.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) flagrante presumido, e somente a autoridade Judiciária poderá arbitrar fiança
- b) flagrante presumido, e a autoridade policial poderá arbitrar fiança

- c) flagrante impróprio, e a autoridade policial poderá arbitrar fiança
- d) flagrante impróprio, e somente a autoridade Judiciária poderá arbitrar fiança
- e) flagrante próprio, e a autoridade policial poderá arbitrar fiança

51. Acerca da fiança e da liberdade provisória, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A fiança que se reconheça não ser cabível na espécie será considerada quebrada
- b) Será considerada quebrada a fiança quando reconhecida a existência de delito inafiançável, no caso de inovação na classificação do delito.
- c) Será cassada a fiança quando a autoridade tomar, por engano, fiança insuficiente.
- d) A fiança poderá ser reduzida até o máximo de dois terços, mas não poderá ser dispensada.
- e) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, condenado, o acusado não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta.

52. José foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de homicídio doloso simples consumado. Ao final da instrução preliminar, o Juízo não se convenceu da existência de indícios suficientes de autoria delitiva, embora a materialidade estivesse devidamente comprovada.

Nesse caso, o Magistrado deverá:

- a) pronunciar o réu, submetendo o caso a julgamento em plenário, pelo Conselho de Sentença
- b) impronunciar o réu, mas tal decisão não faz coisa julgada material, de forma que, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova.
- c) impronunciar o réu, e tal decisão fará coisa julgada material
- d) absolver sumariamente o réu, e tal decisão fará coisa julgada material
- e) absolver sumariamente o réu, mas tal decisão não faz coisa julgada material, de forma que, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova.

LEGISLAÇÃO**Vinícius Silva**

53. no que desrespeito às custas judiciais, nos termos da consolidação normativa judicial, as serventias judiciais afixarão, em local visível e que facilite o acesso e a leitura pelos interessados, quadro de no mínimo 1,00m x 0,50m, contendo, EXCETO:

- a) as tabelas publicadas anualmente pela Corregedoria Geral da Justiça, com os valores de custas ou emolumentos correspondentes a cada ato.
- b) os valores serão apresentados de forma atualizada e expressos em moeda corrente.
- c) aviso de que as informações atinentes a custas e emolumentos encontram-se disponíveis no sítio do Egrégio Tribunal de Justiça para consulta dos Interessados.
- d) esclarecimento de que qualquer irregularidade na cobrança de custas, emolumentos e taxa judiciária deve ser comunicada à Corregedoria Geral da Justiça, para apreciação das medidas cabíveis.
- e) Modelo de preenchimento das custas por meio de GRERJ.

54. O servidor Cloroquino trabalha em uma serventia judicial e sua função primordial dentro do órgão é realizar a remessa de processos para o arquivo, após terem a baixa e arquivamento determinados por despacho do juiz. É correto afirmar que Cloroquino faz parte da equipe de:

- a) preparação administrativa
- b) de digitação
- c) processamento
- d) expediente
- e) assessoria

55. Coronavilson trabalha em uma Secretaria de uma Serventia Judicial do TJRJ e está trabalhando em um livro de folhas soltas obrigatório, porém precisa ser encerrado. Acerca da situação acima, é correto afirmar que:

- a) o livro deve ter um termo de abertura e um de encerramento assinados por Coronavilson.

- b) O número do livro estará no corpo do termo de encerramento.
- c) É facultado ao servidor, desde que autorizado pelo Chefe de Serventia, a utilização das contracapas como termo de abertura e encerramento.
- d) O termo de encerramento será lavrado no dia posterior a data do último ato.
- e) Via de regra, esse livro em que Coronavilson trabalha terá no máximo 200 folhas.

56. Covideo - 20 trabalha em uma Vara Criminal competente para julgar crimes de homicídio qualificado doloso. Nesse caso, é correto afirmar que será um livro obrigatório naquele órgão o seguinte:

- a) Mandados de prisão em aberto
- b) Alvarás de Soltura
- c) Sorteio de Jurados
- d) Votos
- e) Veredictos

57. Comunicação processual que enseja a realização por meio de Oficial de Justiça, EXCETO:

- a) quando houver determinação judicial
- b) quando houver determinação regimental
- c) o diligenciado for incapaz
- d) tratar-se de ação de estado
- e) o diligenciado for o Estado do Rio de Janeiro.

58. O servidor Pandemilson, Técnico de Atividade Judiciária, precisa realizar uma conclusão de um processo para que o juiz possa determinar a citação do réu. Nesse caso ele deverá apor um termo de conclusão em que deve constar:

- a) nome e número da OAB do advogado de defesa.
- b) nome do Chefe de Serventia e a respectiva assinatura
- c) data da distribuição do processo.
- d) nomes do autor e réu.
- e) nome, assinatura e matrícula do servidor.

59. Covídeo – 20 foi designado para atuar como Técnico de Atividade Judiciária em uma vara de competência criminal, nesse caso, é correto afirmar que ele poderá, por meio de ato ordinatório, independentemente de despacho judicial, realizar o seguinte ato:

- a) reiterar imediatamente os ofícios e requisições não atendidos, e, quando possível, via telefone ou fax.
- b) ordenar a citação, caso estejam presentes os requisitos.
- c) determinar o arquivamento de processo, caso tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença.
- d) prestar as informações em *Habeas Corpus*, caso tenha sido solicitado por relator no TJRJ.
- e) ordenar a intimação para fins de emenda à inicial, nos casos previstos em lei.

60. Nos procedimentos ordinário e sumário, as cartas precatórias para interrogatório do réu serão instruídas com cópias das seguintes peças, EXCETO:

- a) Denúncia.
- b) auto de prisão em flagrante ou do depoimento do acusado na fase policial, conforme o caso.
- c) declarações das testemunhas em fase policial, se houver.
- d) certidões de antecedentes criminais dos juízos estadual e federal relativas ao réu.
- e) resposta do acusado.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-11-07-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Concursos

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner with a dark background. On the left is a close-up of an owl's face with large yellow eyes. In the center, the text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in white and blue. Below it, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, there are two price tags: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.